

As estatísticas da alfabetização ¹

Vera Masagão Ribeiro²

Grandes tendências

O interesse por mensurar as condições de alfabetização da população não é novo em nosso país. De fato, as estatísticas oficiais sobre a alfabetização no Brasil remontam ao final do século XIX e, como observa Ferraro (2002), constituem a o mais antigo indicador das condições educacionais da população de que dispomos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apura até hoje esse índice com base na auto-avaliação da população recenseada sobre sua capacidade de ler e escrever um bilhete simples e, ainda que os critérios dos recenseadores ou da população recenseada possam ter variado ao longo do tempo, é possível construir uma série histórica consistente, que mostra que o analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais veio decrescendo paulatinamente no último século, de 65,3% em 1920 para 13,6% em 2000 (Ferraro, 2003), chegando a 10,9% em 2005, segundo a Pnad (Henriques e Ireland, 2006).

Esse método de medição, ainda que tenha um valor para a manutenção de séries históricas nas estatísticas educacionais, vem sendo cada vez mais questionado por especialistas da área. Tendo em vista teorias atuais sobre o processo de aquisição da escrita e sobre os seus usos efetivos nas diversas esferas sociais, é difícil sustentar uma abordagem dicotômica, que visa estabelecer uma única linha divisória entre analfabetos e alfabetizados. Cada vez mais, é preciso compreender a leitura e a escrita como práticas culturais e como competências multidimensionais, que abarcam diversos tipos e níveis de habilidades. Entre conhecer algumas letras, assinar o próprio nome, reconhecer palavras, retirar uma informação num pequeno aviso, copiar uma receita, ler um passagem em voz alta com pouquíssima ou com razoável fluência, analisar o editorial de um jornal ou redigir uma carta comercial, onde caberia a linha divisória que divide os alfabetizados dos analfabetos? Saber ler e escrever um bilhete simples é uma definição operacional, utilizada pelo IBGE, mas outros países usam critérios algo diferentes, enquanto alguns países com altíssimo grau de desenvolvimento educacional, como Holanda, Suécia ou Suíça, nunca incluíram perguntas desse gênero em seus levantamentos censitários (Unesco, 2005).

O conceito de alfabetismo funcional, disseminado internacionalmente pela Unesco a partir da década de 1960, representou um primeiro esforço de superar uma visão dicotômica referindo-se à capacidade de efetivamente usar as habilidades de leitura e escrita de modo a responder as demandas do contexto. O conceito trazia também implícita a idéia de que, atingido um certo patamar de habilidades e o uso efeito, evitar-se-ia a chamada “regressão ao analfabetismo”, ou perda das habilidades por desuso. O conceito de alfabetismo funcional animou uma campanha internacional de alfabetização de adultos coordenada pela Unesco entre 1966 e 1973; num primeiro momento, o foco estava nas habilidades associadas ao aumento da produtividade, mas paulatinamente, passou a abranger outras

¹ Publicado no Cadernos Cenpec Educação, Cultura e Ação Comunitária, v. 3, p. 111-126, 2007.

² Doutora em Educação pela PUCSP e coordenadora de programas da Ação Educativa

dimensões como a participação cidadã, a convivência familiar e comunitária e o próprio desenvolvimento cultural. Tratava-se, entretanto, de um universo amplo e variado de demandas sociais de usos da leitura e escrita, diferente para cada contexto e mesmo para cada indivíduo, tornando praticamente impossível estabelecer algum critério operacional necessário para a geração de estatísticas. Diante desse problema, a Unesco sugeriu a utilização dos anos de estudo da população como um indicador *proxi* (aproximado) das condições de alfabetização funcional da população.

Na América Latina, comumente se utilizou o patamar de quatro séries completas para indicar a condição de alfabetismo funcional. Entretanto, não existem evidências que permitam determinar objetivamente uma quantidade precisa de anos de escolarização suficientes para se chegar a um nível de alfabetização “funcional” e “estável”. Um primeiro aspecto a considerar é que a qualidade da escolarização pode variar, assim como as condições e motivações extra-escolares para manutenção e desenvolvimento das habilidades (Wagner, 1999). Os resultados das avaliações dos sistemas de ensino brasileiro, como Saeb ou a Prova Brasil, comprovam com eloquência que quatro anos de estudo podem significar coisas muito diferentes em termos de aquisição de habilidades de leitura, de acordo com o grau de desenvolvimento econômico da região, o tipo de escola pública ou privada, a zona urbana ou rural e mesmo o sexo do alunado. Além disso, persiste ainda a dificuldade de fundamentar um critério único sobre o nível ou tipo de habilidade que deveria ser considerado suficiente.

Mais recentemente, os *surveys* baseados em amostras de população, incluindo testes de leitura e questionários sobre práticas de leitura e escrita em diversos contextos oferecem dados mais detalhados sobre a distribuição da cultura escrita nas populações. Com base em estudos nacionais realizados em países do norte, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e o Instituto de Estatísticas do Canadá conduziram o *International Adult Literacy Assessment* (IALS), uma iniciativa que, entre 1994 e 1998, recolheu dados comparativos de 19 países, quase todos na Europa e América do Norte. No IALS, o termo analfabetismo nem sequer aparece, pois seu foco é definir e comparar, entre populações com alto grau de escolaridade, níveis de habilidade de alfabetismo em diversos domínios – compreensão de prosa, textos esquemáticos e quantitativos – além de reunir um amplo conjunto de dados sobre usos da leitura e da escrita na vida diária, especialmente no contexto de trabalho, além de outras informações sobre a inserção profissional, oportunidades de capacitação, renda etc (OECD & Statistics Canada, 2000). Em 2003, o estudo passa a mensurar diretamente também habilidades de resolução de problemas, passando a se chamar Life Skills Survey (ALL). No primeiro relatório do ALL, os autores reafirmam essa nova perspectiva: não se trata de distinguir entre analfabetos e alfabetizados; uma determinada habilidade é definida como um contínuo de proficiência e mensurada por meio de uma escala, cuja interpretação permite indicar o quanto os adultos são capazes num certo domínio (OECD & Statistics Canada, 2003). Em 2005, a Unesco passou a conduzir uma iniciativa visando adaptar essa mesma metodologia de estudo do alfabetismo para países pobres, com índices muito mais baixos de escolarização: além de analisar mais detalhadamente os níveis mais baixos de proficiência, o Literacy Assessment

and Monitoring Programme (LAMP) se propõe a estudar também o que chama de habilidades componentes da alfabetização como a identificação letras e palavras, fluência, vocabulário, etc. (Unesco, 2005)

Em todas essas iniciativas, algumas tendências comuns se verificam: em primeiro lugar, uma visão multidimensional do alfabetismo, envolvendo leitura, escrita e processamento de informação numérica, nas quais se podem distinguir ainda sub-habilidades componentes; em segundo lugar, a combinação de medição direta das habilidades por meio de testes com coleta de informações sobre práticas de leitura e escrita em diferentes esferas de vivência. Ainda que dentro dos limites do que é possível aprender por meio de estudos em larga escala, onde se compara pelos mesmos critérios subgrupos populacionais bastante distintos, essas novas metodologias procuram apreender o fenômeno da alfabetismo de modo mais qualitativo, sob diversas dimensões.

Uma perspectiva brasileira

No Brasil, a única medida de alfabetismo baseada em *surveys*, com medição direta de habilidades por meio de testes, além de coleta de informações detalhadas sobre práticas de leitura, escrita e cálculo matemático na vida diária é o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), iniciativa de duas organizações não governamentais brasileiras: a Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro. A Ação Educativa tem como missão a defesa de direitos educacionais, atua na área de pesquisa e informação, desenvolvimento de programas de educação de adultos, mobilização social e *advocacy*. O Instituto Paulo Montenegro é ligado a uma grande empresa de pesquisa que atua em toda a América Latina – o IBOPE – e tem como objetivo canalizar recursos financeiros e técnicos da empresa e de terceiros para iniciativas de interesses social sem finalidade lucrativa. O objetivo dessas organizações, ao idealizar o Inaf, foi oferecer à sociedade informações sobre as condições de alfabetismo da população adulta brasileira, de modo a fomentar o debate público sobre o tema e subsidiar a formulação de políticas de educação e cultura (Ribeiro, 2003).

O Inaf Brasil é feito com base em pesquisas anuais realizadas junto a amostras de 2 mil pessoas representativas da população brasileira de 15 a 64 anos em todas regiões do país, em zonas urbanas e rurais. Em entrevistas domiciliares, são aplicados testes e questionários aos sujeitos que compõem a amostra. Em 2001, 2003 e 2004, o levantamento abordou a leitura e escrita, em 2002 e 2004, as habilidades matemáticas.

Para a elaboração dos instrumentos, partiu-se da construção de uma matriz que inclui diversas esferas da experiência cotidiana onde materiais escritos estão presentes. Para cada uma, listaram-se os suportes e tipos de textos escritos correspondentes a diversos objetivos que motivam a leitura e escrita (distrair, informar, registrar, controlar, etc). Finalmente, elencaram-se também as habilidades de leitura e escrita envolvidas nessas diferentes práticas, por exemplo, localizar o material escrito em que uma informação desejada pode ser encontrada, identificar o tema central de um texto, localizar nele informações específicas, comparar informações de diferentes textos, estabelecer relações entre fato e opinião, mobilizar dados necessários à redação de um texto, identificar o destinatário do texto e suas necessidades de informação sobre o tema tratado e muitas outras. Processo

semelhante foi feito com relação às práticas e habilidades que envolvem representações e cálculos matemáticos. Nos questionários, procurou-se fazer um levantamento extenso de informações sobre práticas de leitura, escrita e cálculos. Focalizaram-se o acesso e o uso de quatro materiais escritos principais: livros, revistas, jornais e computadores. Outros materiais escritos foram incluídos e suas finalidades de uso averiguadas, considerando seis esferas de vivência: doméstica, do trabalho, da participação cidadã, da educação e da religião.

Os resultados dos testes foram analisados tendo em vista a conceituação das habilidades num contínuo. Um primeiro passo foi analisar as características dos itens que foram realizados com sucesso por pessoas com diferentes desempenhos (escore total) e, com base nessa análise, caracterizar níveis de habilidade de acordo com faixas de desempenho. As tarefas que serviram para caracterizar certo nível de habilidade são aquelas realizadas corretamente por pelo menos 75% das pessoas naquela faixa de escore total.

Depois disso seria preciso qualificar cada um desses níveis estabelecendo um julgamento: qual nível de habilidade seria aceitável e qual deveria ser caracterizado como insuficiente? Com base na análise das demais informações coletadas pela pesquisa e em diálogo com consultores especialistas, chegou-se à seguinte definição: os sujeitos que não respondessem pelo menos 2 itens foram classificados como analfabetos e os demais em três níveis de alfabetismo. O termo analfabeto funcional – ainda que de uso corrente na mídia – não foi utilizado, pois, a rigor, mesmo habilidades muito limitadas têm funcionalidade em certos contextos. A manutenção do termo analfabeto, por outro lado, visou chamar a atenção para uma situação que ainda é significativa em países como o Brasil, nos quais significativas parcelas da população têm baixa renda e baixa escolaridade, e nos quais a problemática do analfabetismo é pauta das políticas sociais e educacionais.

Os três níveis de habilidade de alfabetismo e habilidades matemáticas estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Habilidades que caracterizam os Níveis de Alfabetismo do Inaf

	Leitura	Habilidades Matemáticas
Analfabetismo	Não domínio das habilidades medidas	Não domínio das habilidades medidas.
Alfabetismo – Nível Rudimentar	Localizar uma informação simples em enunciados muito curtos, um anúncio ou chamada de capa de revista, por exemplo.	Ler e anotar números de uso freqüente – preços, horários, números de telefone – de medir um comprimento com fita métrica, localizar uma data num calendário
Alfabetismo – Nível Básico	Localizar uma informação em textos curtos ou médios (notícia ou manual de instrução, por exemplo), mesmo que seja necessário realizar inferências simples.	Ler números naturais, independente da ordem de grandeza; ler e comparar números decimais que se referem a preços; contar dinheiro e fazer troco; resolver situações envolvendo operações usuais de adição e subtração ou mesmo multiplicação, quando não

		conjugada a outras operações.
Alfabetismo – Nível Pleno	Localizar mais de um item de informação em textos mais longos, comparar informação contida em diferentes textos, estabelecer relações entre as informações (causa/efeito, regra geral/caso, opinião/fonte), atar-se a informação textual quando contrária ao senso comum.	Adotar e controlar uma estratégia na resolução de problemas que demandam a execução de uma série de operações, por exemplo, tarefas envolvendo cálculo proporcional e porcentagens; interpretar gráficos e mapas.

Em 2006, a equipe do Inaf dedicou-se ao aperfeiçoamento da metodologia utilizada. Introduziu a Teoria da Resposta ao Item (TRI) – metodologia usada nos estudos internacionais sobre alfabetismo adulto, assim como nas grandes avaliações educacionais no Brasil e no exterior –, de modo a viabilizar o desenvolvimento de instrumentos de avaliação mais precisos e flexíveis. Com base em estudo especial feito junto à população carcerária paulistana (IPM/Funap, 2006), foi possível comprovar que as habilidades de leitura e matemática medidas pelo Inaf podem ser abordadas como uma única dimensão cognitiva, relativa à capacidade de operar com informações escritas – verbais e/ou numéricas – para enfrentar as demandas e aproveitar oportunidades de comunicação e acesso à informação presentes em nosso contexto. Já em 2007, a equipe passou a trabalhar na interpretação de uma escala combinada, procurando identificar as semelhanças existentes nas operações lógicas que as pessoas dominam em cada nível da escala, operações essas implicadas na capacidade de ler, processar informações e interpretá-las. Outro importante ganho metodológico que se faz com a utilização da TRI é a possibilidade de gerar um banco de itens com base no qual podem ser produzidos instrumentos específicos para estudos especiais, cujos resultados sejam comparáveis com os da população brasileira. Como se comentará mais adiante, a avaliação de programas, especialmente os voltados a jovens e adultos, é uma enorme lacuna a ser preenchida no âmbito das políticas educacionais.

Alguns resultados

Os resultados do Inaf obtidos ao longo desses cinco anos mostram que o país vêm fazendo avanços pequenos no que se refere à ampliação das capacidades de leitura, escrita e cálculo da população. Na faixa etária investigada, o Inaf identificou, em 2005, 7% de pessoas na condição de analfabetismo absoluto. No terreno das habilidades matemáticas, esse percentual é menor – apenas 2% em 2004. Em ambos os domínios, entretanto, há aproximadamente 30% de pessoas que demonstram um domínio muito rudimentar das habilidades, só sabem ler os números e realizar operações muito simples, ler textos muito breves e localizar informações muito evidentes. Só 26% para a leitura e 23% para a matemática mostram que têm domínio pleno das habilidades (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução dos níveis de alfabetismo (Inaf 2001 – 2005)

	Leitura e escrita				Habilidades Matemáticas		
	2001	2003	2005	Diferença	2002	2004	Diferença
Analfabetismo	9%	8%	7%	-2 pp	3%	2%	-1 pp
Alfabetismo – Nível Rudimentar	31%	30%	30%	- 1 pp	32%	29%	-3 pp
Alfabetismo – Nível Básico	34%	37%	38%	+ 4pp	44%	46%	+ 2 pp
Alfabetismo – Nível Rudimentar	26%	25%	26%	-	21%	23%	+ 2 pp

Corroborando todos os estudos internacionais, o caso brasileiro evidencia que o aumento da escolaridade é o principal fator a promover o alfabetismo, tanto no que se refere às habilidades quanto às práticas de leitura, escrita e cálculo matemático. Os resultados mostram, entretanto, que as aprendizagens correspondentes a cada grau de ensino são bastante desiguais e que, para a grande maioria, a baixa qualidade da educação oferecida compromete enormemente os ganhos em que a ampliação das oportunidades de escolarização deveriam resultar. Os quatro anos de escolaridade que supostamente garantiriam a alfabetização funcional, de fato, não se mostram suficientes para que uma grande parcela supere o nível rudimentar de habilidades. Entre pessoas que têm menos que esse patamar, a situação é ainda mais alarmante, pois aproximadamente um terço se encontra ainda na condição de analfabetismo absoluto. Só entre a população com pelo menos o ensino fundamental completo é que mais de 80% atingem os níveis básico ou pleno das habilidades, tanto em leitura quanto em matemática (IPM & Ação Educativa, 2004 e 2005).

O grande peso do nível de escolaridade na determinação dos níveis de alfabetismo se explica, por um lado, pelo fato de que é na prática escolar que essas habilidades são ensinadas e exercitadas de forma sistemática por longos períodos. Além disso, as credenciais escolares franqueiam o acesso aos contextos e práticas sociais onde tais habilidades poderão com mais ou menos intensidade serem aplicadas, mantidas, aperfeiçoadas e ampliadas após o processo de escolarização. Quando se está estudando o alfabetismo junto à população jovem e adulta é fundamental considerar as oportunidades de uso da leitura e da escrita que as pessoas têm em seu dia-a-dia, condicionados por seu tipo de ocupação e a seu nível de renda, entre outras variáveis.

O trabalho constitui para essa população uma esfera de vivências crucial, que catalisa demandas, oportunidades e motivações para que as pessoas sigam aprendendo ao longo da vida e utilizando a língua escrita para informar-se, planejar e comunicar-se. Para investigar as práticas nessa esfera, o Inaf pergunta às pessoas que estão trabalhando ou já trabalharam alguma vez, que materiais lêem e escrevem em seu trabalho. Oferece-se uma lista de dezoito itens e o entrevistado pode citar ainda outros. Os tipos de materiais mais lidos no

trabalho, segundo levantamento de 2005, são: bilhetes (26%), jornais (25%), revistas (23%), relatórios (22%), pedidos ou comandas (19%), agendas ou calendários (17%), faturas, notas fiscais, recibos ou duplicatas (17%) manuais de instrução (15%), plantas mapas ou desenhos técnicos (11%), entre muitos outros. Os materiais escritos com mais frequência são bilhetes (30%), pedidos ou comandas (22%), relatórios (22%), contas e orçamentos (18%), faturas, recibos, notas fiscais e duplicatas (13%), agenda (18%), formulários (13%), cartas, ofícios e memorandos (11%). Proporções bastante significativas de pessoas não lêem (32%) e nem escrevem (38%) nada no contexto de trabalho. A proporção dos que lêem ou escrevem três ou mais tipos de materiais e que, portanto, fazem usos mais diversificados de suas habilidades de alfabetismo corresponde, respectivamente, a 23 e 30%. Como era de se esperar, as pessoas com maior nível de habilidade são as que têm, no ambiente de trabalho, maiores demandas de leitura e escrita, como mostra a Tabela 2.

	Total	Alfabetismo Nível Rudimentar	Alfabetismo Nível Básico	Alfabetismo Nível Pleno
Tipos de materiais de leitura				
Nenhum	32%	50%	27%	9%
Um	17%	20%	19%	12%
Dois	12%	10%	16%	9%
Três ou mais	38%	20%	38%	70%
Tipos de materiais de escrita				
Nenhum	38%	56%	31%	17%
Um	14%	25%	30%	21%
Dois	25%	9%	17%	19%
Três ou mais	23%	10%	22%	43%

É fato, portanto, que as demandas de leitura e escrita no ambiente do trabalho são restritas para a maioria da população. Uma abordagem estritamente economicista, que procure vincular desenvolvimento econômico à elevação dos níveis de habilidade de forma muito simplista, não deve chegar a bons resultados. As chamadas demandas sociais a que o alfabetismo responde, entretanto, abarcam não somente às atividades produtivas, mas as possibilidades de consumo cultural e participação social de forma geral, atuando também nesse âmbito para produzir desigualdades. Ao investigar esses outros domínios, o Inaf verifica que, considerando os baixos graus de escolarização e renda de parcela importante da população, o interesse dos brasileiros pela leitura é significativo: 68% dos entrevistados afirmam que gostam de ler para se distrair; 79% afirmam que lêem livros ainda que de vez em quando; 35% afirmam que lêem jornal pelo menos uma vez por semana; 28% afirmam ler revistas pelo menos uma vez por semana.

O tipo de leitura que as pessoas realizam varia, evidentemente, de acordo com o nível alfabetismo. A leitura de inspiração religiosa é freqüente em todos os grupos, independente

do desempenho, certamente porque o tipo de leitura realizada nessa esfera não corresponde à leitura de tipo analítica que o teste demanda. Outros tipos de leitura são mais frequentes entre pessoas com níveis mais elevados. É interessante observar que a poesia já aparece com frequência semelhante à do nível pleno já no nível básico, evidenciando mais uma vez que há leituras de ordem subjetiva onde não necessariamente são mobilizadas as habilidades analíticas verificadas no teste. Já a leitura de livros de ficção, história e biografias, livros técnicos e de orientação pessoal mantém uma correção bastante linear com o nível de alfabetismo.

Gêneros de livros que os alfabetizados costumam ler, por níveis de habilidade – INAF 2005				
	TOTAL	Alfabetizados Nível Rudimentar	Alfabetizados Nível Básico	Alfabetizados Nível Pleno
Bíblia ou livros religiosos	45%	46%	48%	47%
Romance, aventura, policial, ficção	30%	19%	32%	49%
Livros didáticos	21%	16%	19%	33%
Poesia	15%	12%	18%	19%
Biografia, relatos históricos	15%	9%	16%	26%
Livros técnicos, de teoria, ensaios	11%	4%	9%	22%
Auto-ajuda, orientação pessoal	11%	5%	9%	22%
Não costuma ler livros	21%	29%	15%	7%

Outro aspecto que uma investigação sobre habilidades e práticas de alfabetismo não poderia deixar de investigar é o acesso às tecnologias de comunicação e informação, já que, hoje em dia, o computador é também um importante veículo de textos escritos. Os dados mostram, entretanto, que seu uso é muito reduzido na população: só 19% utilizam computador pelo menos uma vez por semana, 6% utilizam eventualmente, enquanto 75% não utilizam (Inaf 2005). Outro recurso tecnológico mais simples, entretanto, é bem mais disseminado junto à população: 47% afirmam usar habitualmente a calculadora para realizar operações em seu dia-a-dia. Em algumas questões do teste de habilidades matemáticas, a taxa de utilização desse instrumento supera os 70% (IPM & Ação Educativa, 2004). Apesar de seu uso favorecer as possibilidades de acerto do item no teste, os usuários nem sempre são bem sucedidos na resolução do problema. Em parte por não dominarem seus recursos, mas também, e principalmente, porque a resolução de problemas não depende apenas da execução dos cálculos, mas capacidade de elaborar e executar controladamente um plano de resolução e verificar a pertinência do resultado. Frente a esse grau de disseminação do uso da calculadora junto à população, é surpreendente que os programas de educação básica para crianças e adultos não a utilizem com recurso pedagógico com mais frequência; tanto para que mais pessoas aprendam a usá-la com

eficiência como para que possam dedicar-se mais à compreensão das situações-problema e das relações numéricas do que com a mecanização dos procedimentos de cálculo.

Indicações para as políticas

A pesquisa sobre o alfabetismo funcional no Brasil revela, portanto, um país onde a cultura letrada está amplamente disseminada, mas de forma muito desigual. Da população alfabetizada, um contingente significativo utiliza as habilidades de leitura e escrita em contextos restritos e demonstra habilidades também restritas nos testes de leitura e habilidades matemáticas. Apesar de todos os níveis de alfabetismo serem funcionais – ou seja, úteis para enfrentar pelo menos algumas demandas do cotidiano – só os que se classificam no nível pleno apresentam domínio das habilidades avaliadas, fazendo usos mais intensos e diversificados da leitura e da escrita em vários contextos.

A escolaridade é fator decisivo na promoção do alfabetismo da população. A pesquisa revela como os déficits educacionais se traduzem em desigualdades quanto ao acesso a vários bens culturais, oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal que caracterizam as sociedades letradas. Se necessário um indicador único relativo a anos de escolaridade para dimensionar o alfabetismo funcional da população, mais apropriado seria que oito anos de escolaridade fosse considerados como mínimo para se atingir essa condição. A pesquisa mostrou que os percentuais de pessoas nos níveis básico e pleno de alfabetismo – tanto em leitura e escrita quanto em habilidades matemáticas – ultrapassam os 80% da população só entre aqueles com ensino fundamental completo, grau educacional que a Constituição brasileira determina como direito de todos os cidadãos, independentemente da idade, e cuja oferta gratuita é obrigação do estado.

Diferente do que muitas vezes é divulgado na mídia, os brasileiros de uma forma geral não são avessos à leitura. Dois terços dos entrevistados afirma que gostam de ler para se distrair e o Brasil ainda tem muito o que investir na promoção do acesso gratuito a materiais escritos, não só livros, mas também revistas e jornais e principalmente, aos computadores e à Internet.

Diante de tanto conhecimento já acumulado sobre a alfabetização como fenômeno cultural complexo, de sua associação com a questão das desigualdades em geral e em particular com as de oportunidades educativas, não deixa de ser espantoso que as campanhas de combate ao analfabetismo, na sua aceção mais restrita, ainda tenham tanto apelo nas políticas dos governos nacionais e dos organismos internacionais (Ribeiro e Batista, 2005). Preocupados em fazer baixar o “número mágico” – a porcentagem de pessoas na população que consideram que não sabem ler e escrever – os governos ainda promovem campanhas para alfabetização inicial de adultos, sem reconhecer e enfrentar adequadamente as dificuldades para chegar até a população alvo, sem investir suficientemente na qualidade pedagógica, sem equacionar adequadamente a oferta de oportunidades de continuidade e quase sempre obtendo resultados muito abaixo das expectativas. Diante do malogro, o caminho tem sido muitas vezes criar uma certa confusão de números para a opinião pública, encobrendo dados censitários com quantidades de inscritos nos seus programas.

O fato é que diversos planos nacionais ou multilaterais já incluem em seus preâmbulos essa visão ampla da alfabetização como promoção da cultura escrita, reconhecem a importância da escolarização básica, do acesso aos livros e outros impressos, assim como às novas tecnologias da comunicação (OEI, 2006). Entretanto, ao estabelecer suas metas e previsões orçamentárias, onde de fato se explicitam as orientações e condições para a ação, os planos retornam ao universo restrito: definem metas de atendimento para alfabetização inicial de jovens e adultos – quase sempre propondo de forma irrealista a “erradicação do analfabetismo” como primeiro passo a ser dado – sem nenhuma metas mais concretas em relação às oportunidades de continuidade de estudos na educação básica ou qualificação profissional, de educação não formal, de acesso a livros, outros impressos e às novas tecnologias de comunicação. Essa foi, por exemplo, a inspiração do mais recente programa nacional, o Brasil Alfabetizado, cujos resultados frustraram o Ministério da Educação pois grande parte dos milhões de adultos atendidos não eram de fato os que se declaram analfabetos, mas pessoas com baixa escolaridade, não afetando – portanto – as estatísticas nem atendendo adequadamente as necessidades educativas do público atendido.

Os estudos sobre cultura escrita – tanto no viés qualitativo quanto quantitativo – mas principalmente avaliações independentes e criteriosas dos programas de alfabetização e educação de adultos são essenciais para que possamos estabelecer planos mais realistas e eficazes para elevar os níveis educacionais da população. Infelizmente, ainda existe muita carência nesse sentido e mesmo educadores progressistas resistem às avaliações porque, nesse campo, elas são quase sempre utilizadas como veredicto, ou para glorificar os sucessos da política ou para condenar a alfabetização e educação de adultos como políticas “ineficazes” do ponto de vista econômico. Nesse contexto, é essencial antes de mais nada afirmar enfaticamente que a educação – da qual a alfabetização faz parte – é um direito de todas as crianças, jovens e adultos. Com base nesse princípio, então, poderemos avaliar os planos e políticas em curso, visando aperfeiçoá-los com diretrizes mais coerentes quanto a estratégias e recursos necessários para colocá-las em prática.

Referências bibliográficas

FERRARO, Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? *Educação & Sociedade*, vol. 23, n.81, p.15-47, dez. 2002.

FERRARO, Alceu R. História quantitativa da alfabetização no Brasil. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p.195-207.

HENRIQUES, Ricardo & IRELAND, Thimoty. *Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília, 2006 (Apresentação na 29ª Reunião Anual da Anped).

IPM – Instituto Paulo Montenegro & Ação Educativa. *4º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: avaliação habilidades matemáticas*. São Paulo: IPM / Ação Educativa, 2004.

IPM – Instituto Paulo Montenegro & Ação Educativa. *5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: avaliação de Leitura*. São Paulo: IPM / Ação Educativa, 2005.

IPM – Instituto Paulo Montenegro & Funap – Fundação de Amparo ao Preso Prof. Dr. Manuel Pedro Pimentel. *Educação que liberta: indicador de alfabetismo funcional da população carcerária paulista*. São Paulo: IPM / Funap, 2006.

OECD & Statistics Canada. *Learning a Living: first results of the Adult Literacy and Life Skills Survey*. Paris: OECD, 2005.

OECD. *Literacy in the information age: final report of the International Adult Literacy Survey*. Paris: OECD, 2000.

OEI – Organización dos Estados Americanos. Plan iberoamericano de alfabetización de personas jóvenes y adultas 2007-2015: documento base. OEI 2006 http://www.oei.es/alfabetizacion/documento_base.pdf. (acesso em 06/02/2007)

RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

RIBEIRO, Vera Masagão e BATISTA, Antônio Augusto. Commitments and challenges towards a literate Brazil. http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=43500&URL (acesso em 06/02/2007)

Unesco. *Education for All: Literacy for life*. Paris: Unesco, 2005.

Unesco. *Standards and Guidelines For the Design and Implementation of the Literacy Assessment and Monitoring Programme (LAMP)*. Montreal: Unesco, 2005.

WAGNER, Daniel. Literacy skill retention. In: WAGNER, Daniel; VENESKY, Richard & STREET, Brien. *Literacy: An international handbook*. Colorado: Westview, 1999.